

>



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
GABINETE DO VEREADOR OCTAVIO
SAMPAIO

LIDO

EM: ___ / ___ / ____

2º SECRETÁRIO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROCESSO Nº 2531/2024

SOLICITA À PREFEITURA
MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
INFORMAÇÕES
RELACIONADAS A GRAVE
CRISE FINANCEIRA
ENFRENTADA PELO
MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS.

O Vereador Octavio Sampaio, infra-assinado, satisfeitas as formalidades regimentais, com base no inciso XIV do Art. 78 da LOM, solicita à Prefeitura Municipal de Petrópolis e a Secretaria de Fazenda informações detalhadas acerca dos recursos financeiros necessários para consecução dos serviços públicos, pagamento da folha salarial e manutenção das atividades que lhe são inerentes.

Considerando as informações constantes em uma petição feita junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a grave crise financeira enfrentada pelo Município de Petrópolis, que incluem a alegação de falta de recursos para o pagamento da folha de funcionários e a utilização de verbas reservadas para o 13º salário para efetuar os pagamentos de maio, além dos alertas da Secretaria Municipal de Saúde sobre a possível paralisação de atividades essenciais devido ao quadro de subsídios com fornecedores e discussão de serviço, venho, na qualidade de representante do Legislativo Municipal, solicitar as seguintes informações:

1. Qual é a real situação das Finanças Municipais?

1.1. Há recursos em caixa suficientes para manutenção dos serviços essenciais e pagamento da folha ?

- 1.2. Há obrigações com fornecedores, locadores ou congêneres em atraso? Se sim, quais ?
2. A Prefeitura Municipal confirma a informação da Secretaria de Fazenda de que os pagamentos dos Servidores Públicos referente ao mês de maio foram feitos com verba reservada para o 13º salário? Em caso afirmativo, quais outras fontes de receita estão sendo consideradas para o pagamento do 13º salário?
3. A Prefeitura Municipal confirma a informação do procurador do Município, Sr. Miguel Barreto, de que uma decisão desfavorável junto ao STF do direito ao repasse de ICMS teria o condão de criar um verdadeiro caos no Município de Petrópolis, uma vez que a municipalidade se encontra em estado de “penúria financeira”?
4. Caso a decisão junto ao STF seja desfavorável, existem Medidas de Contingência para enfrentar a crise financeira no Município?
 - 4.1. Houve algum contingenciamento das verbas recebidas em caráter liminar ?
5. Informe quais ações estão sendo/serão tomadas para garantir o desbloqueio das verbas pelo Estado de que dependeria a remuneração dos dias trabalhados para o pagamento dos servidores do mês de junho.
6. Como estão sendo geridos os recursos provenientes da cota única do IPTU e outros tributos?
7. Esclareça se há outras fontes de receita que estão sendo consideradas ou mobilizadas para enfrentar a crise financeira atual.
8. Detalhe os serviços públicos que estão ameaçados de paralisação devido à crise financeira no Município.
9. Procede a informação, revelada pela Tribuna de Petrópolis, de que os serviços essenciais de saúde podem ser descontinuados, impactados ou interrompidos nos próximos meses ?

JUSTIFICATIVA

A atividade do Vereador contempla não só a função legislativa, mas também o exercício da fiscalização e controle externo da legalidade e adequação dos atos praticados pelo Poder Executivo, tal como se infere pelo Art. 31, §1º da CRFB/88 e Arts. 67 e 78, XIV da LOM.

O presente requerimento de informações encontra-se dentro da função fiscalizatória atribuída ao Poder Legislativo Municipal e tem por objetivo a obtenção de informações referentes as afirmações constantes em

Prefeitura Municipal de Petrópolis afirma não ter recursos para pagar a folha de funcionários em junho, bem como utilizou verbas do 13º salário para os pagamentos de maio.

Outrossim, a Secretaria de Saúde teria alertado que a dívida com fornecedores pode paralisar atividades essenciais. Estas alegações constam em petição ao STF, que convocou audiência para discutir a “guerra fiscal” entre municípios do Rio de Janeiro. Petrópolis, Angra dos Reis, Mangaratiba e Volta Redonda buscam aumentar repasses estaduais, o que Niterói contesta.

Petrópolis pode perder R\$ 236 milhões nos próximos oito meses, 21% do orçamento, agravando a crise. Decisões anteriores do TJRJ e STJ foram desfavoráveis a Petrópolis, e o STF está reavaliando o caso. Todavia, a Prefeitura ainda não apresentou um Plano de Contingência.

Diante da gravidade das informações divulgadas e da urgência da situação, o Poder Legislativo, ciente de seu ônus constitucional fiscalizatório, solicita que os documentos e informações supramencionados sejam fornecidos a fim de demonstrar à população petropolitana o fiel cumprimento de seu papel fiscalizatório e contribuir para a solução dos problemas enfrentados pelo nosso município

As informações deverão ser prestadas no prazo máximo de vinte dias, por força do Art. 78, XIV da LOM c/c Art. 11, §1º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.517/2011).

Sala das Sessões, 20 de junho de 2024

OCTAVIO S. C. DE PAIVA

OCTAVIO SAMPAIO
Vereador